

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA EM DESASTRES E EMERGÊNCIAS: UMA VISÃO ESTRATÉGICA

Neyde Lúcia de Freitas Souza*

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a inserção da psicologia em desastres e emergências no Brasil. Aponta, ainda, para a necessidade de que a intervenção psicológica em desastres e emergências ocorra sob o viés estratégico, destacando que a atuação do psicólogo deve ser fruto de reflexão sobre o contexto e não restrita à intervenção pós-evento traumático. O tema emergências e desastres vem, nos últimos anos, adquirindo grande interesse e preocupação pública no Brasil, sobretudo a partir da visibilidade das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas. A sociedade brasileira parece atingir maior consciência acerca da importância de seu envolvimento na prevenção e na preparação para enfrentar riscos. São cada vez mais visíveis as constatações de que os desastres afetam não apenas a economia e a infraestrutura do país, mas comprometem em especial a estrutura social das populações afetadas, bem como a saúde física e mental dos atingidos – e, por que não, de todos aqueles que integram equipes de resgate e de assistência aos afetados além de, em nível mais amplo, toda a sociedade. A psicologia das emergências e desastres, como um novo campo de estudo da Psicologia, apresenta-se como uma consequência lógica de múltiplos estudos e experiências que demonstram que tais eventos não somente acarretam a perda de vidas, atentam contra a integridade física das pessoas, mas em especial afetam o comportamento humano – causando sofrimento psíquico – e afetam, igualmente, as relações sociais estabelecidas nas comunidades atingidas. Refletir sobre o que é a Psicologia de Desastres e Emergências – sua finalidade, seus objetivos, sua responsabilidade social, bem como o que ela deveria ser – insere a intervenção psicológica em desastres e emergências sob o viés estratégico.

Palavras-Chave: Psicologia dos Desastres e Emergências. Estratégia. Defesa Civil.

ABSTRACT

This paper analyzes the insertion of Psychology in disasters and emergencies preparedness within Brazil. It points, besides, to the need for psychological intervention in disasters and emergencies as well, under the strategic point of view,

* Mestre em Educação pela UFRJ. Especialista em Psicologia Junguiana pelo IBMEC. Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra. Contato: neydelucia@esg.br e neydelucia@uol.com.br.

stressing that the psychologist actions must be done as a result of all the context, and not restricted to the post-trauma intervention. The subject “Emergency & Disasters”, in the last years, is reaching great public interest and awareness, specially since the visibility of discussions about the effects of climatic changes. Brazilian society seems to be reaching a larger consciousness about the importance of its involvement in prevention and preparedness to face risks. The notices that disasters affect not only the economy and infrastructure of the country, but compromise, in special, mental and physical health of affected people are more and more visible, as well as those of the ones that are part of rescue teams and humanitarian workers and, in a upper level, from all society. The psychology of emergency and disasters, as a new field of studies of Psychology, becomes a logical consequence from multiple studies and experiences that shows that such events cause not only loss of lives, but also against people’s physical integrity and, is special, affect human behavior, causing psychic suffering, as well as affect social processes. Reflecting about what is the Psychology of Disasters and Emergency, about its purpose, about what it is supposed to be, about which should its objectives and which is its social responsibility, all those items insert psychological intervention in disasters and emergency under the strategic point of view.

Keywords: Psychology of Emergency and Disasters. Strategie. Civilian Defense.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais, no Brasil e no mundo, nos deparamos com situações de risco que geram desastres e emergências, tendo como consequência perdas humanas e materiais. Os desastres possuem impacto social, econômico e ambiental, ameaçando a estabilidade social e econômica e causando vítimas, além de estragos físicos e mentais nas pessoas, alguns profundos e irreversíveis. Nesse contexto, a Psicologia vem, ao longo dos anos, construindo sua inserção em tais eventos críticos, buscando contribuir com intervenção em situações de desastres.

Apesar de muito já ter sido feito nesta área, como a inclusão do Conselho Federal de Psicologia na política pública de defesa civil e a realização de seminários sobre o tema Psicologia das Emergências e Desastres, é preciso intensificar a geração de estudos e pesquisas nesse cenário, bem como assegurar a intervenção estratégica da Psicologia antes, durante e após a ocorrência de desastres.

O presente estudo discorre sobre desastres e emergências no Brasil e no mundo, identifica conceitos relevantes para a compreensão do tema e revisa acontecimentos críticos, bem como situa historicamente a participação da Psicologia em situações de desastres e emergências, em especial no contexto brasileiro. Por fim, destaca contribuições da Psicologia na política pública de defesa civil em cenários de emergências e desastres.

2 DESASTRES NO BRASIL E NO MUNDO

Estamos contínua e cotidianamente expostos a desastres e emergências, mesmo quando não somos afetados diretamente por eles. Muitos deles acompanhamos com perplexidade, sentimento humanitário e, para aqueles que nos tocam mais profundamente, ansiamos por ajudar de alguma forma.

A divulgação ampla e ostensiva dos desastres e emergências, muitas vezes com requintes de detalhes, coloca-nos diante da certeza de que estamos constantemente expostos a riscos e ameaças de diversas naturezas, quer sejam fenômenos naturais quer sejam interferências humanas. Em muitos casos, portanto, construímos nossas próprias vulnerabilidades.

De acordo com dados do Relatório Anual de Estatísticas de Desastres (CRED, 2012), 332 desastres naturais foram registrados no mundo no ano de 2011, com severos impactos humanos: 30.773 pessoas mortas e cerca de 244 milhões de vítimas. Se considerarmos a distribuição geográfica dos desastres entre 2001 e 2010, 86.3% das vítimas encontravam-se na Ásia.

Dados coletados sobre desastres no Brasil apontam para 150 registros de desastres entre 1900 e 2006, sendo que 84% ocorreram a partir da década de 70 (INPE, 2012). De acordo com Tânia Sausen (INPE, 2012), as regiões sudeste e sul são as mais afetadas por desastres naturais, com destaque, em maiores proporções, para as inundações e as secas. Valêncio (2012) confirma que, no Brasil, os acontecimentos trágicos estão relacionados à falta ou ao excesso de chuvas.

Dados do Ministério da Integração Nacional apontam para a existência de cerca de 250 municípios brasileiros, a maioria nas regiões sudeste e sul, com elevado risco de desastres, no período das chuvas de 2012. As inundações e os deslizamentos de terras provocados pelas chuvas foram os principais responsáveis pelas 900 mortes devido a desastres ocorridas em 2011 no Brasil. Santa Catarina é o estado brasileiro com maior número de registros de desastres, sendo as inundações responsáveis pelo maior número de mortos e desabrigados nas últimas décadas (FARIAS et al, 2012).

Felizmente, observa-se um aumento da preocupação, por parte de diversos países, com os assuntos relacionados a desastres e emergências. O Marco de Ação de Hyogo é um exemplo: lançado em janeiro de 2005 pelos governos de 168 países membros das Nações Unidas, é importante instrumento para programar a redução do risco de desastres. Planejado para ser desenvolvido entre 2005 e 2015, objetiva aumentar a resiliência das nações e comunidades diante de desastres, visando à redução das perdas ocasionadas por eles: vidas humanas e bens sociais, econômicos e ambientais (EIRD, 2012).

Iniciativa anterior ao Marco de Ação de Hyogo no sentido de discutir o problema é a Conferência de Yokohama, ocorrida em 1994. A partir dela foi inserida a atual estratégia para lidar com os desastres, não mais vistos apenas como eventos

naturais ou tecnológicos, mas com ampliação do foco para uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento adotado, indagando-se sobre o uso irracional dos recursos naturais e sobre as desigualdades sociais.

No Brasil, vem crescendo o interesse pelo tema emergências e desastres ao longo dos anos, incluindo a preocupação pública. Também a sociedade brasileira pouco a pouco está adquirindo maior consciência acerca da necessidade de envolver-se nas questões relativas à preservação ambiental, prevenção e preparação para enfrentar riscos.

Assim como existe o Dia Internacional para a Redução de Desastres Naturais, instituído em 1989 pela Assembleia Geral da ONU, destinado à reflexão sobre o tema, formas de prevenção e mitigação, o Brasil criou, em 2005, a Semana Nacional de Redução de Desastres, visando aumentar o senso de percepção de risco da sociedade brasileira, para promover uma mudança de cultura, enfatizando a importância da conduta preventiva em situações de risco.

A definição do que seja desastre depende da área de conhecimento da qual ela é objeto de análise e, por isso – e pela complexidade de tal evento – inexistente uma definição consensual. Valêncio (2010) destaca, no entanto, que há concordância no que diz respeito à necessidade de serem estabelecidos parâmetros para que seja definido o que é desastre. Acrescenta Valêncio (2010) que é preciso entender que o desastre ocorre em um tempo social, e não apenas em um tempo cronológico. Para ela, desastres são acontecimentos sociais multifacetados, nutridos de vulnerabilidade social.

A Política Nacional de Defesa Civil (PNDC) (BRASIL, 2007), por sua vez, define desastre como “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e/ou ambientais, e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (p. 6). Situação de emergência é, no mesmo documento, descrita como “reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade” (p.7).

A Estratégia Internacional para a Redução de Desastres, da Organização das Nações Unidas, assim define desastre (EIRD, 2012):

uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade que ocasiona uma grande quantidade de mortes e igual perda e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade de uma comunidade ou a sociedade afetada para fazer frente à situação mediante o uso de seus próprios recursos. (p. 1).

A diferença entre desastre e emergência foi apontada por Bicalho (2012), Coordenador Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, em debate ocorrido na sede do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

(CRP-05), ao identificar que emergência é um acontecimento inscrito em um determinado tempo e desastre, um acontecimento relacionado a um fato. Para ele, existe a emergência do desastre, bem como muitos usos políticos das emergências e dos desastres. O enfrentamento de uma emergência conta com ferramentas para tal – habilidades cognitivas, por exemplo. No desastre, no entanto, o sistema de respostas não consegue ser aplicado.

Franco (2012) reproduz os conceitos de desastre e emergência apresentados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Emergência é definida pela OMS como ocorrência súbita que requer ação imediata, podendo ser causada por ações humanas ou epidemias, catástrofes naturais ou tecnológicas. Desastre, por sua vez, é definido como uma séria ruptura no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, causando sérias perdas: humanas, materiais, ambientais ou econômicas. Tais perdas extrapolam a habilidade dos afetados em utilizar seus recursos de enfrentamento.

Segundo Franco (2012), “um desastre ocorre como resultado de um processo de risco” (p. 55), é a combinação de situações de perigo, vulnerabilidade e capacidade diminuída de reduzir as consequências negativas desse risco.

A existência de um paradoxo no estudo dos desastres foi apontada por Mattedi (2008): ao mesmo tempo em que aumentam os recursos investidos no monitoramento dos desastres, se intensifica a destruição provocada por toda ordem de impactos. Há, assim, o que Tobin e Montz (*apud* MATTEDI, 2008) classificaram como ciclo dos desastres: desastre-danos-reparação-desastre.

O Glossário de Defesa Civil ‘Estudos de Riscos e Medicina de Desastres’ (CASTRO, 2004) diferencia os desastres, indicando a existência de desastres naturais – provocados por fenômenos e desequilíbrios da natureza e produzidos por fatores de origem externa, que atuam independentemente da ação humana; humanos – provocados por ações ou omissões humanas; e mistos – ações ou omissões humanas contribuem para intensificar, complicar e/ou agravar desastres naturais.

Desastres – sejam eles naturais, humanos ou mistos, provocam danos psíquicos e sofrimento às pessoas atingidas. As vítimas dos desastres são classificadas por Taylor em seis níveis (*apud* FARIAS et al, 2012), quais sejam: de primeiro grau – sofrem o primeiro impacto direto, com perdas materiais e danos físicos; de segundo grau – familiares e amigos das de primeiro grau; de terceiro grau – vítimas ocultas, ou seja, integrantes das equipes de primeiros socorros, bombeiros, médicos, policiais, psicólogos, voluntários, membros da defesa civil; de quarto grau – comunidade afetada como um todo; quinto grau – pessoas que tomam conhecimento por intermédio dos meios de comunicação; e sexto grau – aqueles que não se encontravam no lugar do acontecimento por diferentes motivos.

Os desastres, além de afetar a economia e a infraestrutura do país, sobretudo comprometem a estrutura social das populações afetadas, além da saúde física e mental dos atingidos – e de todos aqueles que integram equipes de resgate e de

assistência aos afetados, e de toda a sociedade. Segundo Alamo (2007), emergências e desastres são fenômenos complexos e multidimensionais, causadores de desequilíbrios e sofrimento.

Ações de resgate em desastres devem envolver equipes multidisciplinares, focadas na promoção, proteção e recuperação da saúde – física e mental – das vítimas. Assim, a inclusão do saber psicológico em tais cenários se constitui em uma necessidade.

3 PARTICIPAÇÃO DA PSICOLOGIA EM DESASTRES E EMERGÊNCIAS

A psicologia das emergências e desastres, como uma especialidade emergente, apresenta relevância em função do impacto emocional do evento traumático nas vítimas de primeiro grau, comunidades e equipes de primeiros socorros, entre outros envolvidos, consequências que podem ter duração elevada e interferir na reconstrução da comunidade afetada. Essas consequências foram chamadas por Erikson de “o segundo desastre” (*apud* ALAMO, 2007).

Bruck (2009) entende a psicologia das emergências como um tema de angústia pública:

Chamo de angústia pública, este sentimento difuso de mal-estar que se origina dos acontecimentos públicos traumáticos, chamados estressores [...]. A angústia pública é uma espécie de trauma permanente. É uma ferida aberta que não tem cura e que não sabemos ainda onde encontrar o remédio. (p.19).

Ainda para Bruck (2009), a psicologia das emergências estuda “o comportamento das pessoas nos acidentes e desastres desde uma ação preventiva até o pós-trauma.” (p. 13)

Heredia (2006) enfatiza que a intervenção psicológica não deve converter-se em assistencialismo, mas sim ter um enfoque que combata a passividade. Destaca a importância da participação ativa da comunidade nas ações, de modo que os envolvidos conheçam o que irá acontecer com suas vidas futuramente.

A inserção da Psicologia em contextos de desastres e emergências é recente e gradual, em um primeiro momento voltada quase que exclusivamente para o pós-desastre e, no século XXI, incluindo ações de prevenção. Molina (*apud* LEMOS, 2012) enfatiza o ganho de importância da Psicologia de emergências e desastres nos últimos anos.

O primeiro estudo em que houve a inserção da psicologia na área de desastres data de 1909 e, em 1944, Lindemann foi pioneiro ao estudar a intervenção psicológica no pós-desastre, interessado nas respostas psicológicas dos sobreviventes do incêndio do Clube Noturno Coconut Grove, em Boston.

As pesquisas posteriores apontaram a existência de diferentes reações das vítimas de desastres, tanto durante o impacto quanto posteriormente, concluindo

sobre a inexistência de um comportamento padrão nas fases de choque inicial e de recuperação.

Há também registro de estudos psicológicos à época das guerras mundiais, em especial sobre o denominado estresse pós-traumático, conhecido também como fadiga de batalha ou neurose de guerra.

Na América Latina, o I Congresso de Psicologia das Emergências e dos Desastres, ocorrido em 2002, é um marco, pois em tal evento foi criada a entidade denominada Federação Latino-Americana de Psicologia das Emergências e dos Desastres (FLAPED).

No Brasil, o primeiro registro de inclusão da Psicologia em intervenção nos desastres se deu em decorrência do acidente do césio-137, em 1987, em Goiânia. A intervenção psicológica no desastre, que foi o maior acidente radioativo ocorrido no país, aconteceu três semanas após o acidente, no atendimento às vítimas.

Em 2006 foi realizado, em Brasília, o I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, uma parceria entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) (MELLO; SANTOS, 2011).

Desde 2006, o CFP, juntamente com a Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (ABEP) e a SEDEC, vem inserindo psicólogos e estudantes de Psicologia nos debates científicos sobre o tema. Os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) também têm se mobilizado e atuado na área, em especial o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12).

Em 2008, o CRP-12 assinou termo de cooperação com o governo de Santa Catarina visando ao desenvolvimento de ações conjuntas com a Defesa Civil do estado para ações frente a desastres e emergências.

O CFP também promoveu a criação da Rede Latino-Americana de Emergências e Desastres, participando de reuniões na Argentina, em Cuba, no Chile e no Brasil.

No final de 2010, por ocasião das chuvas que castigaram diversos municípios brasileiros, o CFP lançou um plano de ação, articulado com os CRP, com a finalidade de estudar a dimensão das emergências nos municípios atingidos e estabelecer ações concretas voltadas para os afetados.

A ampliação da atuação da Psicologia das emergências e desastres ocorreu a partir da parceria com a Defesa Civil, que percebeu a necessidade de inserir novos protagonistas para a construção de cidades mais seguras (BRASIL, 2010). Na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) estão presentes os órgãos setoriais: Bombeiros, Polícia Militar, Exército, Marinha, Aeronáutica, CFP e órgãos de apoio.

Mais recentemente, em 2012, houve a criação da Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres (ABRAPEDE), a partir da aprovação dos psicólogos presentes, em novembro de 2011, no II Seminário de Psicologia de Emergências e Desastres, ocorrido em Brasília. O órgão, sob a presidência da psicóloga Rosana D’Orio Bohrer, planeja representar os profissionais interessados no debate e construção de iniciativas relacionadas ao tema Psicologia de Emergências

e Desastres. No texto que define sua missão consta a “busca de estratégias para contribuir, acompanhar e interferir no desenvolvimento das políticas públicas ligadas ao tema” (ABRAPÉDE, 2012). O site procurará concentrar notícias atualizadas sobre desastres e emergências no Brasil e disponibilizará, além de publicações, informações sobre eventos e cursos. Grande parte das informações do site está “Em Construção”, o que indica que muito ainda há a ser feito para o aprimoramento da área.

As ações de redução de desastres, de acordo com o Ministério da Integração Nacional, ocorrem com a redução da ocorrência e intensidade dos desastres, e a Política Nacional de Defesa Civil preconiza que, para tanto, tais ações devem abranger quatro fases: a prevenção, a preparação, a resposta e a reconstrução (BRASIL, 2007).

Assim, cabe o envolvimento de psicólogos nas quatro fases, em especial em atividades voltadas para a prevenção. A primeira das fases, a prevenção, visa evitar que o desastre aconteça e/ou diminuir a intensidade de suas consequências. A preparação, por sua vez, tem por finalidade melhorar a capacidade da comunidade frente aos desastres para atuar em caso de evento adverso. A resposta visa socorrer e auxiliar as pessoas atingidas, reduzir danos e prejuízos e garantir o funcionamento dos sistemas essenciais da comunidade. A fase de reconstrução, finalmente, abrange as ações voltadas para restabelecer a comunidade atingida, proporcionando seu retorno à normalidade e considerando a minimização de novos desastres (BRASIL, 2007).

Quanto às ações da Psicologia nestas quatro fases, as possibilidades foram apontadas em documento elaborado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (BRASIL, 2010). São elas: na prevenção, atuar com capacitação comunitária para a percepção de riscos, em projetos educativos, no desenvolvimento de projetos para a minimização de vulnerabilidades sociais, e no mapeamento de áreas de risco. Na preparação, auxiliar as comunidades a estabelecer e a estruturar planos de contingência. As ações durante o desastre e na recuperação pós-desastre, por sua vez, estão voltadas para a gestão e administração de seus efeitos, o atendimento às pessoas afetadas, a administração dos abrigos provisórios, e a concepção dos planos de reconstrução voltados às necessidades da população.

A fase de resposta, de acordo com Molina, citado por Carvalho (2009), desenvolve-se em três etapas, a saber: pré-impacto, impacto e pós-impacto. A etapa de pré-impacto refere-se ao tempo entre a ameaça da ocorrência e o desencadeamento do desastre: a previsão antecipada dos desastres contribui para minimizar prejuízos. Treinar resposta e construir plano de emergência são ações relacionadas a tal etapa. A etapa do impacto diz respeito ao intervalo de tempo em que o evento adverso atua, em sua plenitude. Destacam-se aqui os planos de controle hospitalar para as pessoas vulneráveis. A etapa de pós-impacto, por sua vez, refere-se à situação imediata à fase anterior: nessa etapa, ocorrem, no cenário dos desastres, as atividades assistenciais e de reabilitação, a partir do levantamento dos impactos psicológicos de todas as pessoas envolvidas, entre elas as vítimas de primeiro grau e as equipes de resgate.

Na atualidade, a participação de psicólogos em emergências e desastres é uma realidade, sobretudo nos países latino-americanos. Contudo, é preciso refletir sobre tal participação. Questões como – o que é a psicologia de desastres e emergências; qual a sua finalidade; o que ela deveria ser; quais deveriam ser seus objetivos; e qual a sua responsabilidade social – devem nortear continuamente o fazer psicológico em situações de desastres e emergências.

3 A VISÃO ESTRATÉGICA DA PSICOLOGIA DOS DESASTRES E EMERGÊNCIAS

A atuação da psicologia nos desastres e emergências deve ser, necessariamente, estratégica, inserida em um contexto que considere o ambiente e as contribuições de outras áreas de conhecimento. Nas intervenções pós-desastre, por exemplo, o psicólogo deve fazer parte de equipes multidisciplinares desde o início, para que a atuação seja mais otimizada. Para Coelho (2012), é importante a participação dos psicólogos em todas as etapas – prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

Em primeiro lugar, é preciso entender o que é estratégia:

é a arte de articular meios e fins, em função de objetivos de interesse, antagônicos ou não, considerando os outros, de toda ordem, tantos quantos existam, que quando aplicada, tenha consequências, predominantemente no tempo. (informação verbal).²

Se ratificarmos o conceito de estratégia elaborado por Santos (2012), reconheceremos que é preciso que a Psicologia tanto se aprofunde em suas especificidades, ampliando o conhecimento especializado sobre o tema, quanto amplifique suas indagações, colocando-se como mais um campo de estudo a colaborar com as situações de desastres e emergências.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) parece atento a tornar a ação da psicologia estratégica, visto que, em 2006, em pronunciamento feito na abertura 1º Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, o vice-presidente do CFP, Marcus Vinicius de Oliveira, enfatizou a necessidade de que a Psicologia das emergências e desastres venha a ocupar lugar estratégico na contribuição com a Defesa Civil (OLIVEIRA, 2006).

O documento referente às contribuições da Psicologia elaborado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (BRASIL, 2010) salienta que a Psicologia das emergências e desastres busca estudar as reações dos indivíduos e dos grupos

2 Definição comunicada pelo Prof. Dr. Jorge Calvário dos Santos, na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, em maio de 2012.

humanos no antes, durante e depois da situação de emergência ou desastre, bem como implementa estratégias de intervenção psicossocial orientadas à mitigação e preparação da população.

É fundamental que a ação do psicólogo seja acompanhada de posicionamento crítico sobre a conjuntura e sobre as políticas públicas. A cultura da prevenção deve ser premissa para a atuação psicológica. Nas intervenções psicológicas bem-sucedidas, devem estar presentes o planejamento, a informação, o treinamento e o apoio aos envolvidos (BRASIL, 2009).

Mattedi (2008) enfatiza que conhecer os fatores que ameaçam as comunidades, bem como incrementar pesquisas, além de acreditar na capacidade de preparação e recuperação das comunidades afetadas devem ser as reais contribuições da Psicologia nas emergências e desastres. Propõe o desenvolvimento de uma psicologia reflexiva, que busque tornar as comunidades mais conscientes da insegurança a qual estão submetidas.

Kapucu (CFP, 2011), por sua vez, reforça que as redes – instituições governamentais e não governamentais, cidadãos, setor privado – são a melhor maneira de lidar com a complexidade dos desastres. Bicalho (2012) é da mesma opinião: para ele, a contribuição do psicólogo nos desastres é promover o diálogo e ajudar a construir as redes.

A formação e a preparação dos agentes – entre eles os psicólogos – é tarefa cada vez mais urgente e necessária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerar a intervenção psicológica em emergências e desastres como estratégia é, sem dúvida, vislumbrar como, quando e onde tais intervenções ocorrerão. Para a formulação da estratégia é preciso analisar, ainda, o contexto e as possíveis ameaças, para que não haja surpresas que dificultem ou inviabilizem as ações.

As contribuições da Psicologia em situações de desastres e emergências abrangem atuações no desenvolvimento de planos de curto, médio e longo prazo para minimizar riscos, reduzir condições de vulnerabilidade e preparar para a resposta, considerando cada situação e cada comunidade.

Ainda que possam ser detectados princípios gerais, cada situação requer suas próprias estratégias e planos em função de suas realidades e características. De um modo geral, a principal ação do psicólogo diante das vítimas é o acolhimento e, acima de qualquer técnica, deve estar presente o respeito à dor do próximo.

Assim, devem ser incrementadas pesquisas sobre percepção de risco, prevenção de desastres e estratégias de mitigação sob o enfoque psicológico (LOPEZ, 2006). O desenvolvimento de estratégias eficazes da administração de risco requer tanto o conhecimento do ambiente físico como dos processos sociais e psicológicos que podem afetar as respostas das pessoas às situações de risco.

O desenvolvimento da Psicologia em emergências e desastres deve ampliar-se à medida que a participação de psicólogos, em tais eventos, se afirme, o que impõe uma demanda crescente de estratégias de formação de profissionais em diferentes níveis de profundidade – cursos de graduação e de especialização, fóruns de discussão, treinamentos.

Não podemos perder de vista a noção de que os desastres são ao mesmo tempo produto e processo, decorrentes tanto da transformação e crescimento da sociedade quanto de fatores sociais e ambientais ligados a maneiras de viver - o que pode produzir a vulnerabilidade ao desastre.

Consoante Coelho (2012), a atuação do psicólogo nos desastres precisa enfatizar que não se quer que tudo volte a ser como era antes. A mudança é necessária, em especial porque se o desastre ocorreu, sinalizou que algo já não estava dando certo.

Estamos diante de uma área de atuação que tem muito a evoluir, que carece de pesquisas científicas, de intensificação da interface da psicologia com a defesa civil, de capacitação de psicólogos e da inclusão do tema na formação e no aperfeiçoamento profissional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA NAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES (ABRAPEDE). Disponível em: <<http://www.abrapede.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

ALAMO, S. V. *Psicologia en emergencias y desastres: una nueva especialidad*. 2007. Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos10/emde/emde.shtml>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

BICALHO, Pedro Paulo. *Emergências e Desastres: o que a Psicologia tem a ver com isso? Trocando em miúdos*. Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-05). 3 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. *Gestão de riscos e de desastres: Contribuições da Psicologia*. Curso à distância/Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED, 2010, 156 p.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília, 2007. *Política Nacional de Defesa Civil*. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/pndc.asp>>. Acesso em: 21 jul. 2012>.

_____. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Anais Eletrônicos do V Seminário Internacional de Defesa Civil (DEFENSIL)*. São Paulo: nov. 2009.

BRUCK, Ney R. V. *A Psicologia das emergências: Um estudo sobre angústia pública e o dramático cotidiano do trauma*. Porto Alegre, 2007. 195 p. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

CASTRO, Antonio Luiz Coimbra (Coord.). *Glossário de Defesa Civil Estudos de Riscos e Medicina de Desastres*. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil: 5. ed., 2004. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/glossario.asp>>. Acesso em: 4 jul. 2012>.

CENTRE FOR RESEARCH ON THE EPIDEMIOLOGY OF DISASTERS (CRED). Institute of Health and Society (IRSS). Université Catholique de Louvain, Belgium. *Annual Disaster Statistical Review 2011*. The numbers and trends. Jul 2012. Disponível em: <http://cred.be/sites/default/files/2012.07.05.ADSR_2011.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2012.

COÊLHO, Angela Lapa. Mesa Redonda: Psicologia das emergências e dos desastres: uma área em construção. In: *Anais Eletrônicos do I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições da Psicologia para a construção de comunidades mais seguras*. FINATEC/UNB. Brasília: CFP, 2006. Disponível em: <<http://www.pol.org.br>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

_____. A Psicologia em situações de emergências e desastres. *Entrevista*. Disponível em: <<http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal/jornal29-angela-coelho.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia de emergências e desastres na América Latina: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação*. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2011.

ESTRATÉGIA INTERNACIONAL PARA A REDUÇÃO DE DESASTRES (EIRD). *Marco de Ação de Hyogo 2005-2015: aumento da resiliência das nações e das comunidades frente aos desastres*. Organização das Nações Unidas, s.d. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/hfa>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

FARIAS, Liamar C.; SCHEFFEL, Rossmeyri T.; JUNIOR, Julio Schruher. *Atuação do psicólogo nas emergências e desastres*. Disponível em: <<http://www.abrapede.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

FRANCO, Maria Helena P. Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto. *O Mundo da Saúde*. Artigo de Revisão. n. 36, jan. 2012. p. 54-58.

HEREDIA, Arturo. Mesa redonda: Psicologia e emergências sociais: intervenções nos cotidianos e eventos. In: *Anais Eletrônicos do I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições da Psicologia para a construção de comunidades mais seguras*. FINATEC/UNB. Brasília: CFP, 2006. Disponível em: <<http://www.pol.org.br>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Núcleo de Pesquisas e Aplicação de Geotecnologias em Desastres Naturais e Eventos Extremos para a Região Sul do Brasil e Mercosul. *Desastres Naturais no Brasil*. Disponível em: <<http://www.inpe.br/crs/geodesastres/nobrasil.php>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

LEMOS, Marina Alves. Psicologia de Emergências e Desastres. Disponível em: <<http://www.abrapede.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

LOPEZ, Daniela C. Mesa Redonda: Contribuições da Psicologia para a construção de comunidades mais seguras: comportamento, cultura e organização social. In: *Anais Eletrônicos do I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições da Psicologia para a construção de comunidades mais seguras*. FINATEC/UNB. Brasília: CFP, 2006. Disponível em: <<http://www.pol.org.br>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

MATTEDI, Marcos Antonio. *A abordagem psicológica da problemática dos desastres: um desafio cognitivo e profissional para a psicologia*. Rev. Psicol. Ciência e Profissão. v. 28, n.1., Brasília, mar. 2008.

MELLO, Cecília A.; SANTOS, Felipe A. As contribuições da psicologia nas emergências e desastres. *Psicólogo Informação*. Ano 15, n. 15, jun./dez. 2011. p. 169-181.

OLIVEIRA, Marcus Vinicius. Mesa de Abertura. In: *Anais Eletrônicos do I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: Contribuições da Psicologia para a construção de comunidades mais seguras*. FINATEC/UNB. Brasília: CFP, 2006. Disponível em: <<http://www.pol.org.br>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

VALÊNCIO, Norma. *Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: O contexto brasileiro*. Saúde Soc. São Paulo, 2010, v. 19, n. 4, p. 748-762.

_____. *Para além do 'dia do desastre': o caso brasileiro*. Curitiba: Appris, 2012.